



**UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**MESTRADO EM DIREITO**

**PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO:**  
**REGIME DOS RECURSOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de  
Mestre em Direito na área de Ciências Jurídico-Processuais.

Mestranda: Maria Beatriz Furtado Marques Borges

Orientador: Professor Doutor Fernando José Silva

**LISBOA**  
**Fevereiro 2012**

Aos meus pais, marido e filhos  
Princípio, meio e recomeço de mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Cumpre-me agradecer, em primeiro lugar, à professora doutora Maria Nazaré Santos e professor doutor Fernando Silva respectivamente pelos ensinamentos transmitidos no campo da metodologia do trabalho científico e como orientador do trabalho, por sempre se terem mostrado disponíveis para o intercâmbio de conhecimentos.

Agradeço ao professor doutor Guilherme de Oliveira a indicação dos contactos com os magistrados judiciais brasileiro Sérgio Fusquine e espanhol Carlos Villagrasa Alcaide, que me forneceram elementos sobre o regime de recursos no Brasil e em Espanha.

À juíza belga Francine Biron, ao juiz honorário italiano Joseph Moyorsen, os meus agradecimentos pela revisão do texto quanto aos recursos nos regimes belga e italiano

À juíza de direito Helena Bolieiro e à desembargadora Rosa Barroso a minha gratidão pela disponibilidade na troca de saberes.

Reconhecimento especial à minha amiga juíza de direito Elisabete Valente pela perspicácia e inteligência quanto à relevância de algumas questões por si suscitadas nos processos de jurisdição voluntária, aos juízes desembargadores Tibério Silva e Manuel Ribeiro Marques pela revisão da parte substantiva da tese, à professora doutora Manuela Moreira da Silva e à doutora Irene Duarte pela ajuda prestada na revisão dos aspectos formais da obra, bem como ao professor doutor Filipe Pinto Furtado pela revisão geral da obra sob o ponto de vista académico.

Agradeço à doutora Jocélia Tavares, que me prestou apoio directo na composição da obra, sem prejuízo do trabalho desenvolvido no tribunal e à doutora Paula Ferreira pela pesquisa efectuada no campo da bibliografia estrangeira.

Uma palavra de apreço especial aos meus pais e marido pelo acompanhamento dado junto dos meus filhos para me ser possível disponibilizar o pouco tempo que a actividade profissional me concede para me dedicar à realização desta obra.

## RESUMO

O regime de promoção e protecção das crianças e jovens em perigo apresenta-se em Portugal como um dos mais inovadores e modernos de acordo com a convenção sobre os direitos da criança assinada em Nova Iorque em 26 de Janeiro de 1990. Este regime tem sido objecto de várias alterações entre as quais as mais significativas foram a integração pela LPPCJP da medida de confiança com vista a futura adopção e a alteração do regime dos recursos. A primeira das referidas alterações provocou distorções no regime protectivo inicialmente instituído que conduziram ao estabelecimento de normas substantivas e processuais que tiveram de ter em conta uma nova configuração das medidas protectivas objecto do presente trabalho. A segunda modificação motivou uma revisão do regime dos recursos com a substituição do agravo pela apelação. A natureza e a celeridade das decisões judiciais, que neste tipo de processos é de jurisdição voluntária, levantam a questão de se saber até que ponto esta natureza dos processos protectivos contende com o direito de recurso, o que levou a uma análise da possibilidade do regime de recursos destas decisões para o STJ. Tornou-se, assim, necessário elaborar uma resenha introdutória dos meios e dos intervenientes processuais, sem esquecer o seu objectivo último que foi o de seguir a tramitação dos recursos, sobretudo depois de o regime inicial de recurso de agravo ter sido substituído pelo recurso de apelação. Este último tipo de recurso (apelação) e o recurso de revisão são amplamente analisados neste trabalho com uma breve comparação com o direito estrangeiro que mais influenciou ou tem maior proximidade com o direito interno português. Nessa análise, não deixou de se ter em conta os pontos mais inovadores da legislação e os procedimentos substanciais e processuais mais relevantes e mais recentes, como o da Catalunha, relacionados com a problemática das crianças e jovens em perigo. O trabalho realizado permitiu alcançar conclusões e propostas de eventual alteração da legislação existente tendo em conta falhas, distorções ou aspectos que impunham maior clareza, sem esquecer a fundamentação dos novos normativos preconizados. O objectivo das conclusões apresentadas pretendeu ultrapassar as questões de natureza mais problemática e conflituante existente neste tipo de processos tendo sempre em conta tornar o direito de recurso mais célere, mais claro, e, sobretudo, melhor servindo os interesses das crianças e dos jovens.

**Palavras-chave:** Crianças e jovens em perigo / Jurisdição voluntária / Recursos / Lei de promoção e protecção

## ABSTRACT

The legal regime about fostering and protection children and youngsters in danger is in Portugal one of the most innovative and modern, according to the convention on children's rights signed in New York on 26<sup>th</sup> January 1990. This regime has been the object of several alterations, among which the most significative were the inclusion in the law about fostering and protecting children and youngsters in danger of a measure which allows future adoption and one about the alteration of appeals. The first of those alterations brought about distortions in the protection law initially instituted which led to establishing substantive and processual norms having to take into account a new kind of protective measures which are the object of the present work. The second change led to a revision of the recourse regime with the substitution of aggravation for appeal. The nature and celerity of judicial decisions, which is of voluntary jurisdiction in this type of processes, raise the question of knowing to which extent the nature of protective processes may contend with the right to appeal, which led to an analysis of the possibility of appealing from this decisions to the Supreme Court. It became thus necessary to make an introduction summary of the processual means and parts, not forgetting its ultimate aim of following the course of appeals especially after the initial regime of aggravation was substituted by the appeal. The later type of recourse (appeal) and the revision recourse are amply analysed in this work with a brief comparison with foreign law which has proved more influential upon the Portuguese law and more similar to it. In this analysis were also taken into account the most innovative aspects of legislation, and the most relevant and recent substantial and processual proceedings about the problem of children and youngsters in danger, like the Catalan one. The work thus elaborated led to conclusions and proposals to the eventual alteration of existing legislation, taking into account missing aspects, distortions or other points which called for more clarification, as well as accounting for the new norms which are proposed. The conclusion are presented with a view to overcome the issues of more problematic and conflicting nature in this kind of processes, as well as making the right of recourse speedier, clearer and above all, more suitable to serve the interests of children and youngsters.

**Keywords:** Children and youngsters in danger / Voluntary jurisdiction / Recourse regime / Protection law

## ÍNDICE GERAL

|                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| LISTA DE ABREVIATURAS .....                                                                            | 10 |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....                                                                                | 12 |
| <b>PARTE I - NATUREZA JURÍDICA, INSTÂNCIA E PRESSUPOSTOS<br/>PROCESSUAIS NA ACÇÃO PROTECTIVA</b> ..... | 16 |
| TÍTULO I – NATUREZA JURÍDICA DAS DECISÕES PROTECTIVAS .....                                            | 16 |
| TÍTULO II – TRIBUNAL E INTERVENIENTES PROCESSUAIS.....                                                 | 18 |
| Secção I - Aspectos Introdutórios.....                                                                 | 18 |
| Secção II - Tribunal .....                                                                             | 19 |
| 1. Aspectos introdutórios .....                                                                        | 19 |
| 2. Competência material .....                                                                          | 20 |
| 3. Competência internacional .....                                                                     | 21 |
| 4. Competência hierárquica .....                                                                       | 23 |
| 5. Competência relativa ou territorial .....                                                           | 26 |
| 6. Excepção da incompetência relativa e absoluta: consequências da sua verificação... 28               |    |
| Secção III - Intervenientes Processuais .....                                                          | 30 |
| 7. Aspectos introdutórios .....                                                                        | 30 |
| 8. Personalidade judiciária.....                                                                       | 30 |
| 9. Capacidade judiciária.....                                                                          | 32 |
| 10. Patrocínio judiciário.....                                                                         | 33 |
| 11. Legitimidade .....                                                                                 | 39 |
| TÍTULO III – OBJECTO DO PROCESSO .....                                                                 | 41 |
| 12. Aspectos introdutórios .....                                                                       | 41 |
| 13. Causa de pedir.....                                                                                | 43 |
| 14. Pedido .....                                                                                       | 45 |
| TÍTULO IV – DINÂMICA PROCESSUAL NA 1ª INSTÂNCIA.....                                                   | 51 |
| 15. Aspectos introdutórios .....                                                                       | 51 |
| 16. Requerimento inicial.....                                                                          | 51 |
| 17. Apensação de processos.....                                                                        | 52 |
| 18. Notificação do requerimento inicial .....                                                          | 53 |
| 19. Produção de prova .....                                                                            | 54 |
| 20. Debate judicial .....                                                                              | 55 |
| 21. Decisão.....                                                                                       | 57 |
| 22. Execução das medidas .....                                                                         | 60 |

|                                                                                                            |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PARTE II - RECURSOS .....</b>                                                                           | <b>61</b> |
| <b>TÍTULO I – RECURSOS EM GERAL .....</b>                                                                  | <b>61</b> |
| Secção Única - Evolução Histórica do Regime dos Recursos .....                                             | 61        |
| 23. Aspectos introdutórios .....                                                                           | 61        |
| 24. Formas dos recursos jurisdicionais .....                                                               | 61        |
| 25. Recurso ordinário de agravo .....                                                                      | 64        |
| 26. Recurso ordinário de apelação .....                                                                    | 65        |
| 27. Recurso ordinário de revista .....                                                                     | 66        |
| 28. Recurso extraordinário de revisão .....                                                                | 67        |
| 29. Recurso extraordinário para uniformização da jurisprudência .....                                      | 68        |
| <b>TÍTULO II – RECURSO ORDINÁRIO .....</b>                                                                 | <b>69</b> |
| Secção I - Do Recurso de Agravo ao Recurso de Apelação no Processo Protectivo .....                        | 69        |
| 30. Aspectos introdutórios .....                                                                           | 69        |
| 31. Recurso protectivo: regime inicial .....                                                               | 69        |
| 32. Recurso protectivo: regime vigente .....                                                               | 71        |
| 33. O caso particular da remissão do artº 126º da LPPCJP .....                                             | 76        |
| Secção II - Recorribilidade e Irrecorribilidade das Decisões no Processo Protectivo.....                   | 79        |
| 34. Aspectos introdutórios .....                                                                           | 79        |
| 35. Princípio da recorribilidade: natureza do interesse imaterial subjacente.....                          | 80        |
| 36. Tipo de decisões (in) susceptíveis de recurso .....                                                    | 81        |
| 36.1. Despacho de indeferimento liminar .....                                                              | 82        |
| 36.2. Despacho de rejeição por falta do pressuposto da jurisdição.....                                     | 84        |
| 36.3. Despacho a recair sobre petição baseada em causa de pedir ou em pedido não previsto na LPPCJP .....  | 85        |
| 36.4. Despacho a recair sobre a aplicação de medida protectiva não prevista no ordenamento jurídico .....  | 86        |
| 36.5. Despacho que ordena a realização de diligências instrutórias .....                                   | 87        |
| 36.6. Despacho de agendamento de audição do jovem, dos pais, dos técnicos e de outros intervenientes ..... | 88        |
| 36.7. Despacho de encerramento da instrução .....                                                          | 89        |
| 36.8. Despacho de agendamento do debate judicial e de notificação dos participantes .....                  | 90        |
| 36.9. Despacho de arquivamento .....                                                                       | 90        |
| 36.10. Despacho de aplicação de medidas provisórias .....                                                  | 92        |
| 36.11. Despacho de revisão ou prorrogação das medidas.....                                                 | 93        |
| 36.12. Despacho de aplicação, alteração ou cessação de medidas definitivas.....                            | 94        |

|                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 36.13. Decisão homologatória do acordo protectivo .....                                         | 97  |
| 36.14. Decisão sobre o encaminhamento adoptivo da criança ou jovem .....                        | 98  |
| 36.15. Decisão de manutenção de medidas definitivas.....                                        | 99  |
| 36.16. Decisão de manutenção das condições de execução das medidas .....                        | 101 |
| 36.17. Decisão sobre impedimento do juiz. ....                                                  | 102 |
| 36.18. Decisão sobre multa, taxa de justiça ou preparo .....                                    | 103 |
| 36.19. Decisão suspensiva da instância .....                                                    | 104 |
| 36.20. Decisões proferidas após a decisão final.....                                            | 104 |
| 36.21. Despacho de admissão ou rejeição de prova.....                                           | 105 |
| 36.22. Decisões cuja impugnação com o recurso da decisão final seria absolutamente inútil ..... | 106 |
| 36.23. Decisões irrecorríveis por força de disposição legal.....                                | 106 |
| Secção III - Tramitação do Recurso de Apelação .....                                            | 107 |
| 37. Aspectos introdutórios .....                                                                | 107 |
| 38. Decisões recoráveis .....                                                                   | 108 |
| 39. Legitimidade recursória .....                                                               | 110 |
| 39.1. Guardião ocasional.....                                                                   | 110 |
| 39.2. Instituição de acolhimento .....                                                          | 111 |
| 39.3. Progenitores .....                                                                        | 113 |
| 39.4. Representante legal e guardião de direito .....                                           | 115 |
| 40. Prazo para interposição do recurso .....                                                    | 117 |
| 41. Requerimento de interposição do recurso.....                                                | 119 |
| 42. Recebimento, rejeição do recurso e reclamação quanto ao não recebimento do recurso.....     | 121 |
| 43. Admissão do recurso e actos complementares .....                                            | 124 |
| 44. Traslado .....                                                                              | 124 |
| 45. Efeito do recurso .....                                                                     | 125 |
| 46. Perda e desistência do direito de recorrer .....                                            | 128 |
| 47. Recurso independente e recurso subordinado.....                                             | 131 |
| 48. Ampliação e restrição do âmbito do recurso .....                                            | 133 |
| 49. Ónus de alegar e formular conclusões .....                                                  | 137 |
| TÍTULO III – RECURSO EXTRAORDINÁRIO DE REVISÃO.....                                             | 143 |
| Secção I - Âmbito do Recurso de Revisão no Processo Protectivo.....                             | 143 |
| 50. Limitações ao seu enquadramento .....                                                       | 143 |
| 51. Delimitação do seu âmbito .....                                                             | 144 |
| 52. Natureza do processo protectivo.....                                                        | 148 |

|                                                                             |            |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| Secção II - Natureza Jurídica do Recurso de Revisão .....                   | 150        |
| 53. Caracterização da natureza jurídica do recurso de revisão .....         | 150        |
| Secção III - Fundamentos do Recurso de Revisão .....                        | 152        |
| 54. Aspectos introdutórios .....                                            | 152        |
| 55. Fundamentos legais.....                                                 | 152        |
| 55.1. Artº 771º, al. a) do CPC .....                                        | 152        |
| 55.2. Artº 771º, al. b) do CPC .....                                        | 154        |
| 55.3. Artº 771º, al. c) do CPC .....                                        | 157        |
| 55.4. Artº 771º, al. d) do CPC .....                                        | 157        |
| 55.5. Artº 771º, al. e) do CPC .....                                        | 159        |
| 55.6. Artº 771º, al. f) do CPC.....                                         | 160        |
| 55.7. Artº 771º, al. g) do CPC .....                                        | 162        |
| 56. Aspectos conclusivos quanto aos fundamentos do recurso de revisão ..... | 163        |
| Secção IV - Pressupostos Processuais .....                                  | 163        |
| 57. Legitimidade recursória .....                                           | 163        |
| 58. Prazo para interposição do recurso .....                                | 166        |
| 59. Tribunal competente .....                                               | 167        |
| Secção V - Tramitação do Recurso de Revisão.....                            | 168        |
| <b>TÍTULO IV – REGIME DOS RECURSOS EM ALGUMAS JURISDIÇÕES</b>               |            |
| <b>ESTRANGEIRAS: BREVE RESENHA .....</b>                                    | <b>171</b> |
| 60. Aspectos introdutórios .....                                            | 171        |
| 61. Brasil.....                                                             | 171        |
| 62. Bélgica .....                                                           | 173        |
| 63. Espanha.....                                                            | 175        |
| 64. França.....                                                             | 176        |
| 65. Itália .....                                                            | 178        |
| 66. Aspectos conclusivos .....                                              | 180        |
| <b>TÍTULO V – ALGUMAS PROPOSTAS LEGISLATIVAS E NOTAS EXPLICATIVAS .</b>     | <b>181</b> |
| 67. Aspectos introdutórios .....                                            | 181        |
| 68. Propostas legislativas e notas explicativas.....                        | 182        |
| <b>CONCLUSÕES .....</b>                                                     | <b>190</b> |
| <b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>                                          | <b>193</b> |